

PES126 - TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ONCOLÓGICAS NO BRASIL : UMA ANÁLISE REFLEXIVA DO CÂNCER NA INFÂNCIA

ARIELLE LIMA DOS SANTOS¹; SHEILA BARBOSA PARANHOS²; JANDERSA BEATRIZ RODRIGUES SOUZA DE ALMEIDA ¹; ANDRESSA TAVARES PARENTE³; JACIRA NUNES CARVALHO⁴

ari-ile@hotmail.com

¹Graduação, ²Especialização, ³Mestrado, ⁴Doutorado
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução: O câncer infantil é considerado uma doença rara. No entanto, ao longo dos últimos anos, constituiu-se a principal causa de morte por doença em crianças abaixo de 15 anos de idade. As crianças com distúrbios crônicos que desencadeiam o risco de morte, como é o exemplo do câncer, sofrem impactos influenciados por diversos fatores, como a idade do desenvolvimento da criança, a experiência da criança com o diagnóstico e o papel e a reação dos pais da criança¹. Ao longo da história há inúmeros relatos sobre uma então doença desconhecida que promovia deformação corpóreas nas pessoas o câncer foi visto de diversas formas, de tumor maligno e doença incurável à neoplasia de tragédia individual à problema de saúde pública algumas décadas depois. O câncer torna-se um importante problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo responsável por mais de seis milhões de óbitos a cada ano, representando cerca de 12% de todas as causas de morte no mundo. Por outro lado, ganham importância as mortes por neoplasias e por causas externas que passam ser mais frequentes como fator de adoecimento dos pacientes pediátricos. Merece lugar de destaque, pois representa, nessa faixa etária, importante causa de mortalidade e perda de potenciais anos de vida. Além disso pode-se destacar o desgaste psíquico, social e financeiro que confere um impacto profundo nos pacientes, nas famílias, na sociedade e no sistema público de saúde. **Objetivos:** Apresentar a partir de análises reflexivas as transformações ocorridas nas políticas públicas vivenciadas no Brasil no decorrer das décadas que levaram ao avanço do tratamento das doenças oncológicas enfatizando o câncer na infância. **Métodos:** Trata-se de um estudo exploratório, transversal com abordagem qualitativa em análise reflexiva, por meio da pesquisa bibliográfica. Constituído por 5 livros de enfermagem oncológica, livros clínicos e técnicos com abordagem sobre a referida temática com idioma em português, publicados no período de 2000 a 2014. Os artigos científicos informatizados na base de dados (LILACS, SCIELO, BIREME, BDENF). Foram empregados 12 artigos nacionais sobre a temática, sendo todos disponível online em forma de texto completo. Dispondo dos descritores: Enfermagem oncológica, Sistema único de saúde, políticas públicas. **Resultados e Discussão:** As políticas públicas voltadas ao acompanhamento na educação prevenção e tratamento das doenças ganharam força no decorrer dos anos e passaram a ter programas governamentais à serem seguidos, como é possível perceber na criação do programa Aposentadoria e Pensão (CAP² s) em 1923. No governo de Getúlio Vargas, um dos principais avanços na área de saúde foi a criação do Ministério da Educação e Saúde. (IAP³ s), onde foram organizados por categoria profissional e não mais por empresa. Na década de 40 destaca-se as iniciativas governamentais para a implantação de todos os projetos relacionados a saúde. Já na década de 50 a atenção governamental teve enfoque nos cuidados médico e no uso de medicamentos e equipamentos hospitalares em toda a área da saúde, havendo assim melhorias no diagnóstico e tratamento das doenças oncológicas². A década de 60 destaca-se alguns movimentos políticos que apontavam para o início de um processo objetivando estabelecer o

conceito público de bem estar social no país. Porém em 1964 com o golpe militar favoreceu a instalação e crescimento da empresa privada na área da saúde. Nas décadas de 70 e 80 a política de prevenção do câncer ganhou mais vitalidade com a proposta de prevenção, apoiando e aprimorando o combate ao câncer direcionando investimentos na educação em saúde, dando origem ao Pro-câncer, através de um sistema de saúde unificada. No ano de 1991, com a Lei Orgânica da Saúde, o Pro-Onco foi transferido para o INCA, tornando-se Coordenação de Programas de Controle de Câncer. Suas linhas básicas de trabalho eram a informação e a educação, com foco nos quatro tipos de câncer mais incidentes, entre eles o do colo do útero e o de mama. No final de 2005 foi lançada a Portaria 2439/GM que estabeleceu a Política Nacional de Atenção Oncológica (PNAO)³. Esta Política estabelece diretrizes para o controle do câncer no Brasil desde a promoção da saúde até os cuidados paliativos. Esta Portaria propõe e orienta a organização da Rede de Atenção Oncológica nos Estados, é uma estratégia de articulação institucional voltada para superar a fragmentação das ações e garantir maior efetividade e eficiência no controle do câncer. Quando analisado as mortes pelo câncer infanto-juvenil observa-se que já ocupam o segundo lugar tendo em vista que as mortes relacionadas a acidentes e a violência ainda estão em primeiro, sendo assim pode-se dizer que o câncer é a primeira causa de mortes por doença no período de um ano de idade até o final da adolescência. O câncer infanto-juvenil deve ser estudado separadamente do adulto, por apresentar diferenças nos locais primários, diferentes origens histológicas e diferentes comportamentos clínicos. Tende a apresentar menores períodos de latência, costuma crescer rapidamente e torna-se bastante invasivo, porém apresentam com significativas respostas ao tratamento. No entanto a mortalidade deve incluir não somente os óbitos relacionados ao próprio câncer, mas também estar relacionados ao tratamento. A toxicidade neurológica, cardíaca e renal não são raras e podem ser um fator significativo para as taxas demonstradas de óbitos. Assim, os resultados apresentados a partir das revisões desenvolveu-se as análises norteada pelas propostas políticas brasileiras no decorrer da décadas no país, buscando apresentar quais as significativas mudanças para o tratamento das doenças oncológicas que passaram a ter maior notoriedade no país, bem como o desenvolvimento da política de humanização. Constatou-se com o estudo que as políticas públicas de controle ao câncer foram essenciais para o diagnóstico e tratamento da doença com possibilidade de cura de 70% para a população-infantil. Contudo, ainda há muito o que se avançar na garantia desses direitos preconizados pelo Sistema Único de Saúde. **Conclusão:** Percebe-se ao longo dessa trajetória que o câncer na infância vem avançando quanto ao progresso no desenvolvimento do tratamento nas últimas quatro décadas. Desta forma as crianças acometidas de câncer podem ser curadas, se diagnosticadas precocemente e tratadas em centros especializados. A maioria dessas crianças terá boa qualidade de vida após o tratamento adequado. As políticas públicas vem evoluindo no decorrer dos anos com ações voltadas principalmente para a prevenção e tratamento imediato das doenças oncológicas. Assim foi reconhecido e recomendado pelos vários governos medidas de promoção da saúde e prevenção do câncer: estabelecer um sistema inter-setorial de vigilância e notificação de casos de câncer. Contudo, o SUS não consegue dar resolubilidade para todos os problemas de saúde, deixando de cumprir com os princípios que regem o SUS, como o acesso ao serviços de saúde a todos e de forma igualitária e integral na assistência prestada. O SUS foi criado para ser o sistema de saúde de todos os brasileiros, de qualidade, eficiente, eficaz, resolutivo e democrático. Uma efetiva política de controle do câncer em nosso país deve considerar também a situação socioeconômica e as desigualdades existentes nas diversas regiões do Brasil,

sendo que todas as ações programáticas devem se dar no contexto da prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e de promoção da saúde

Referências Bibliográficas:

1. Ferman SE, Gonçalves AR, Guimaraes DS. A História da Oncologia Pediátrica no INCA. Rev Bras Canc [Internet]. 2002 [acesso em 2015 set 9]; 47(3): 5. Disponível em: http://www.inca.gov.br/publicacoes/Prod_tecnicocientifica.pdf
2. Instituto Nacional de Câncer. Ministério da Saúde. Câncer no Brasil: dados dos registros de base populacional.vol.3 Rio de Janeiro (Brasil): INCA; 2003.
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria Executiva. . Diretrizes Operacionais do Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão/MS. Departamento de apoio a Descentralização.